

**A representação das mulheres, casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos  
documentos dos séculos XVI-XVIII.  
(Um estudo prosopográfico<sup>1</sup>)**

Os relatos Históricos são, geralmente, povoados por figuras masculinas, isto porque foram os homens que dirigiram os destinos da humanidade, pelo menos desde que existe a escritura e, principalmente, porque foram eles que escreveram ou impuseram as fontes escritas que hoje utilizamos para narrarmos o passado.

Por isso, o historiador encontra, raramente na documentação, dados ou relatos sobre o papel das mulheres no avançar da História. Apenas são conhecidos os destinos e as acções das grandes Rainhas ou das mulheres cujas vidas estiveram, intimamente, ligadas às de homens de poder. Geralmente a história da mulher tem sido baseada na história da família, a que pertenceu, devido a discriminação de género de que sempre foi objecto.

O historiador cabo-verdiano encontra-se perante o mesmo dilema, mas com a agravante da nossa História estar despovoada, igualmente, de figuras masculinas. É necessário prover a nossa História de personagens representativas de cada época, para que possamos apreender melhor o nosso passado.

---

<sup>1</sup> Entre a história que, segundo Marc Bloch, é o estudo dos homens em sociedade e a biografia que é o estudo do homem do ponto de vista individual, existe um meio termo, que está a ser divulgado sob a designação de prosopografia, que é segundo Hubert Bonin “a reconstituição de um conjunto de biografias, para detectar as características de um grupo social ou profissional”. Este novo ramo da ciência histórica pode desempenhar um papel importante no estudo das elites porque “trata-se de, a partir de personalidades, preparar a definição dos tipos, fazer sobressair os traços comuns e as diferenças – a partir do singular, fazer do singular plural”. LEVI, Giovanni (1989). “Les usages de la biographie”, In *Annales ESC*, 44.º ano, 1989, n.º 6, pp. 1325-1336; “*Problèmes et méthodes de la biographie*”. *Actes du colloque*. Sorbonne 3-4 mai 1985, Paris, Publ. Sorbonne/Histoire au Present, 1985.

Neste pequeno trabalho tentarei, apesar dos constrangimentos, acima referidos, falar sobre as mulheres que actuaram em Santiago, nos séculos XVI, XVII e XVIII, incidindo particularmente sobre as da elite e, sobretudo, sobre as casadas e viúvas.

Antes de entrar no tema, por mim escolhido é necessário esclarecer certos pontos.

1º - Este estudo é atinente às mulheres pertencentes à elite por duas razões:

– Porque me debruço, há anos, sobre essa camada da população santiaguense nas investigações que fiz e faço.

– Mas, sobretudo, porque os poucos dados existentes sobre as mulheres dizem respeito às atinentes à elite. Isto porque, as das classes sociais inferiores (escravas e forras), quase não emergem nas fontes escritas, já que os sujeitos a elas pertencentes são raramente individualizados e nomeados e os poucos dados obtidos nunca nos permitem uma continuidade no tempo ou a elaboração de uma série.

E sem a composição de uma série é impossível fazer um estudo prosopográfico já que este é assente na investigação das características básicas comuns a um grupo de indivíduos por meio do estudo colectivo de biografias<sup>2</sup>

2º - Os dados sobre as mulheres estão, quase sempre, relacionados com os dos homens, porque elas aparecem, essencialmente, como esposas, filhas ou viúvas e, por isso, seus percursos só podem ser analisados quando constituímos séries sobre a trajectória dos homens a elas ligados.



Em 1513, o corregedor Pêro Guimarães, descrevendo ao rei os vários grupos de habitantes da Ribeira Grande, mencionava as mulheres solteiras como um grupo específico da cidade, não registando nada sobre as casadas e viúvas. Este "esquecimento" do oficial régio deriva da posição que as mulheres

---

<sup>2</sup> Lawrence Stone (1972). Prosopography. In: GILBERT, Félix & GRAUBARD, Stephen R., (editors). *Historical Studies Today*. New York: W.W. Norton & Company, p. 107-140

ocupavam na sociedade insular. Posição essa que dependia das famílias das quais eram oriundas mas, principalmente, do estatuto que detinham relativamente ao homem. Isto é, a mulher possuía direitos, deveres e liberdades diferentes em consequência do seu estado civil.

É essa distinção de estatutos e as vantagens que as mulheres adquiriam quando se tornavam viúvas que tentaremos, agora, analisar neste texto.



Apesar de, comumente, os portugueses deslocarem-se para além-mar sem suas esposas e filhos, encontramos em Santiago, desde o início do século XVI, mulheres que acompanharam seus cônjuges na aventura que era habitar essa ilha deserta e longínqua.

Uma das condições, primordiais, exigidas a um reinol para que obtivesse o estatuto de vizinho de Santiago, obrigatório para poder usufruir dos privilégios comerciais que o rei doou a seus moradores (em 1466) era a de se viver na ilha com a família. O que quer dizer que atrás de cada vizinho estava subentendida uma família da qual ele era o chefe e representante.

As esposas ou filhas dos vizinhos abastados, usualmente, não participavam na "economia exterior mercantil".<sup>1</sup> Razão pela qual as mulheres de famílias pertencentes à elite eram mencionadas na documentação, quase sempre, como esposa de "tal fulano" ou "filha de tal". A mulher casada ou a filha donzela era identificada com nome próprio nas seguintes ocasiões:

- Quando procedia como testa-de-ferro do marido ou do pai,
- Quando era herdeira dos bens ou ofícios paternos, transmitindo-os em dote ao seu conjugue
- Ou, em casos excepcionais, nas cartas de perdão, nos testamentos, na instituição de capelas e morgadios, etc.

---

<sup>1</sup> *História da Vida Privada*, vol. 3 (Direcção de Philippe Ariès e Georges Duby) Edições Afrontamento, Lda. Porto, 1990.

Exemplos do primeiro caso: são Guiomar Gonçalves, esposa do armador de Santiago, António Vaz que, em 1515, encomenda peças de escravos da Costa da Guiné<sup>3</sup> e “Maria Lopes, mulher do fidalgo da Casa Real e capitão da Ribeira Grande, Fernão Mendes Vasconcelos, que no mesmo ano, juntamente com seu marido, é fiadora do rendeiro das ilhas de Santiago, Fogo e Maio.

Estas são as únicas informações que possuímos sobre elas. Informações, essas, que não nos permitem analisar suas vidas, mas apenas, atestar que a primeira, com as encomendas feitas na Costa, apoiava os negócios familiares, evitando as limitações legais à importação e que a segunda subscreveu, como fiadora, o contrato de arrendamento, porque sua assinatura era indispensável já que os bens arriscados pertenciam ao casal.<sup>4</sup>

Podemos, assim, afirmar que as duas mulheres, acima citadas, surgem apenas como esposas apesar de aparentarem ser intervenientes (encomendam mercadorias, agem como fiadoras), porquanto as poucas informações existentes estão intimamente ligadas às actividades dos maridos, são esporádicas (nestes casos únicas), e não permitem a obtenção de informações que possibilitem acompanhar no tempo seus trajectos.

O segundo caso<sup>5</sup> pode ser exemplificado por duas mulheres da mesma família (mãe e filha) que residiram na Ribeira Grande nos finais do século XVI: Dona Leonor Cardoso - filha mais velha do cavaleiro fidalgo da Casa Real, Diogo Cardoso - que herda do pai (para quem com ela casar)<sup>3</sup> o ofício de almoxarife da ilha de Santiago, e Dona Joana Ribeiro, que recebe de dote o ofício de seu avô e o transmite aos seus dois maridos: Martim Tavares (1589) e Fernão de Almeida (1599).<sup>5</sup>

Como podemos ver, neste caso, mãe e filha são, apenas, transmissoras de benesses de seus pais para seus conjugues. Aparecem na documentação

---

<sup>3</sup> ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516, *História Geral de Cabo Verde-Corpo Documental*, vol. II, Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção-geral do Património Cultural de Cabo Verde, Lisboa-Praia, 1990, p. 191.

<sup>4</sup> *Ibidem*, pp. 22, 223, 2 de Maio de 1515,

<sup>5</sup> Quando era herdeira dos bens ou ofícios paternos, transmitindo-os em dote ao seu conjugue

<sup>3</sup> Leonor Cardoso casa-se com Mem Ribeiro de Almeida que recebe o cargo, em dote, e o ocupou durante três anos (1581-1583). IAN/TT, Chancelaria D. Sebastião e D. Henrique, Doações, liv.39, fls.191-191v, doc.2. 8 de Janeiro de 1578; IAN/TT, Chancelaria D. Filipe I, Privilégios, liv.2, fl.96v, doc.3. 26 de Outubro de 1589.

<sup>5</sup> IAN/TT, Chancelaria D. Filipe II, Doações, liv.17, fl.309, doc.2,1 de Abril de 1589, 24 de Agosto de 1589, 23 de Setembro de 1599.

unicamente como fios de ligação entre homens, pois não encontramos mais nenhuma informação sobre elas.

No terceiro caso<sup>6</sup> citaremos o exemplo de duas irmãs, “filhas de Santiago”, que apesar de serem filhas de escravas, foram legitimadas e, por isso, aptas a herdarem parte dos bens deixados pelo pai.

Assim, Duarte Rodrigues<sup>7</sup>, escudeiro do rei e abastado vizinho de Santiago designou, em 1572, no seu testamento as mulatas Maria e Isabel Duarte, filhas de escravas<sup>8</sup>, como fazendo parte do rol de seus herdeiros. A primeira era casada com o reinol Diogo de Avelar e a segunda era, ainda, solteira.

O marido de Maria, além de receber o dote<sup>9</sup> de matrimónio (1500 cruzados, várias peças de escravos, pagamento das dívidas que possuía (50.000 reis), jóias de ouro etc.) foi nomeado por seu sogro como tutor de seus filhos legítimos<sup>10</sup> menores e, como tal, administrador da capela que ele instituiu na fazenda do Tanque da Nora, em S. Domingos. Entretanto, se os filhos legítimos vierem a falecer sem descendência, ele ordena “que suceda na dita capella minha filha Maria Duarte...”<sup>11</sup>

Sobre o futuro de Isabel, Duarte Rodrigues deixa as seguintes determinações: que sejam entregues à mãe de sua filha - a forra Inês<sup>12</sup> - quatro peças de escravos, e que ela, Isabel, caso todos os outros herdeiros morrerem, se torne administradora da capela da Nora. Mas, impõe uma condição: que Isabel case com homem branco “e não casando com homem branco, o que eu

<sup>6</sup> Casos excepcionais, nas cartas de perdão, nos testamentos, na instituição de capelas e morgadios,

<sup>7</sup> O testamento de Duarte Rodrigues é datado de 10 de Maio de 1562. A.H.N., Registo dos Títulos dos Vínculo da Nora”, Livro de Registo dos Vínculos de Santiago, fl. 4-23

<sup>8</sup> Maria é filha da escrava Domingas Rodrigues e Isabel, de Inês. Duarte Rodrigues teve mais 4 filhos naturais Diogo Duarte, Nicolau Rodrigues e Bernardo Rodrigues, Damião Rodrigues. *Idem*.

<sup>9</sup> O dote foi uma das mais importantes formas de transmissão de riqueza para as mulheres, e representava um adiantamento sobre a herança a que tinham direito e que o pai concedia à filha para que ela se casasse. Do ponto de vista legal, o dote gozava de protecção uma vez que não poderia ser objecto de penhora no caso de falência do marido, ou podia ser restituído integralmente pelo marido em benefício da esposa, no caso de divórcio. Sobre a instituição do dote, veja-se: NAZZARI, Muriel (1989). Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 9, n.17, p. 87-100, set. 1988 fev. 1989. Também: Samara, Eni de Mesquita (1983). “O dote na sociedade paulista do século XIX, legislação e evidências; Família, Divórcio e Partilha de Bens em São Paulo no século XIX”. In revista *Estudos Económicos*, vol. 13, 1983.

<sup>10</sup> Teve três legítimos: Sebastião, Jorge e Polónia. A.H.N., Registo dos Títulos dos Vínculo da Nora”, Livro de Registo dos Vínculos de Santiago, fl. 4-23

<sup>11</sup> *Idem*

<sup>12</sup> Duarte Rodrigues quando casou com Catarina Fernandes de Andrade (faleceu em 1556), deu carta de alforria às mães de seus filhos naturais que vivem em São Domingos numa das suas fazendas. *Idem*

d'ella não espero, ella nem seus descendentes não succederão na dita Capella..." (fl. 9.)

Este documento nos transmite duas informações, essenciais, sobre as irmãs Duarte:

- Que são mulatas, legitimadas, e por isso podem herdar
- E que seus matrimónios servem para a estratégia de branqueamento da descendência cabo-verdiana do Reinol, Duarte Rodrigues. Isto porque, este último, não impõe na escolha dos genros, nenhuma condição económica, nem nenhum estatuto social. A única exigência que ele impõe é a de que estes sejam impreterivelmente de cor branca. Assim, Duarte Rodrigues, não só casa sua herdeira Maria com um reinol, como impõe como condição para que sua outra filha, Isabel, possa continuar como potencial herdeira – o casamento com um homem branco.<sup>13</sup>

Mas, o mais interessante neste documento é que, apesar de toda essa precaução em apagar de sua descendência qualquer vestígio da escravidão das mães, Duarte Rodrigues no seu testamento tem palavras de especial carinho pela escrava Domingas Rodrigues, mãe de Maria Duarte. Preocupado com seu futuro determina que ela possa lavrar "...se quizer em sua vida nas ditas terras de Sam Domingos onde the agora lavrou..." e que "...no mesmo lugar lhe dêem maiores terras para lavrar se ella maior as quizer..." Além do usufruto das terras deixa-lhe um bem precioso, um escravo tecelão. Estas disposições testamentárias advêm de um sentimento de gratidão que é elucidado quando o testador declara que "...isto e muito mais lhe devo pelo muito serviço que d'ella tenho recebido e pela criação com que criou meus filhos legítimos depois da morte de sua may Catharina de Andrade..."<sup>14</sup>

Todavia, esta posição "apagada" da mulher era principalmente o destino das esposas ou filhas de vizinhos abastados. Isto porque, a mulher casada, pertencente a camada pobre, participava necessariamente na "economia

---

<sup>13</sup> *Idem*, fl. 9

<sup>14</sup> *Idem*, fl. 6

exterior à casa", ganhando assim os meios indispensáveis para ajudar seu marido no mantimento da família.

Mas, nem todas as mulheres da elite santiaguense correspondem aos papéis que lhes foram destinados pela sociedade patriarcal: esposa, mãe e filha. Pelo contrário, muitas arcaram com actividades que, na época, conferiam prestígio e poder: o comércio, a posse da terra e de escravos.

Residem, nessa época na ilha, mulheres que são referidas nos documentos, autonomamente dos homens. Elas ocupavam na comunidade um lugar próprio, pois, possuíam bens pessoais, movimentavam-se na sociedade como agentes económicos e usavam os seus direitos cívicos.

Exemplo disso, é Catarina Sequeira, que entre os anos de 1514 e 1529 encomendou aos armadores de Santiago peças de escravos e grandes quantidades de marfim da Costa da Guiné. Escravos para o trabalho agrícola nas suas propriedades rurais e marfim para reexportar para o Reino<sup>15</sup>.

Na mesma época actuam como armadoras, proprietárias rurais e exportadoras de escravos e de outras mercadorias africanas, as portuguesas Barbara Correia (1514-1527) e Violante Fernandes (1528). Nas primeiras décadas de seiscentos encontramos, além das acima citadas, mais algumas mulheres que actuavam no comércio e possuíam pequenas e médias propriedades rurais.<sup>16</sup>

Sobre o estado civil destas mulheres, activas na economia da ilha, não sabemos nada.

Podem ser casadas, com uma actividade independente de seus cônjuges, ou mulheres chefes de família que, com a ausência física de seus homens (muitos vizinhos eram mareantes ou mercadores), tomaram as rédeas dos negócios e assumiram o controlo das propriedades familiares.

---

<sup>15</sup> ANTT, Núcleo Antigo nº 757, 1513-1516. In *História Geral de Cabo Verde — Corpo Documental*, Volume II Lisboa, IICT/ DGPCCV, 1991, p.213; ANTT, *Núcleo Antigo nº 528*, 1528, fls. 6vº., 70; ANTT, *Corpo Cronológico*, II-155-42, 5 de Maio de 1529.

<sup>16</sup> Por exemplo Cecília Fontes que vendeu ao feitor do rei na ilha 43 cabeças de gado: 12 novilhos e 31 vacas para a armazenagem de carne para as armações reais. IAN/TT, CC, III-10-32, 20 de Dezembro de 1528.

Podem, igualmente, ser solteiras já que, apesar de a maioria das mulheres solteiras permanecerem vinculadas aos pais, irmãos ou tutores por laços de obediência e submissão, houve algumas que, de posse de bens, puderam exercer o poder sobre suas próprias vidas, fugindo do tradicional papel feminino.

Mas, elas também podem ser viúvas.

E é sobre as viúvas dos membros da elite cabo-verdiana dos séculos XVI e XVII e XVIII que irei falar agora.

Charles Boxer diz o seguinte numa das suas obras:

“Se concluirmos que as mulheres tiveram um papel social importante fora do próprio lar, numa sociedade machista como, sem dúvida, era a sociedade colonial brasileira, quaisquer que sejam as nuances ou modificações reveladas pela futura investigação histórica, a posição das viúvas ricas não sairá diminuída, por terem desempenhado um papel significativo dentro do contexto social da época”.<sup>17</sup>

Estas palavras podem, sem dúvida nenhuma, ser aplicadas à sociedade cabo-verdiana dos três primeiros séculos da nossa história.

Como já foi acima dito, apesar da forte exclusão ao qual eram submetidas, um certo número de mulheres sobressaíram da condição de inferioridade, para apossar-se de posições importantes no seio de suas famílias e na sociedade santiaguense. Nesse grupo, restrito, de mulheres que se evidenciaram entre os membros da elite da época, por nós estudada, encontram-se principalmente as viúvas ricas.

A lei do Reino debruça-se sobre os direitos e deveres específicos das viúvas. Segundo as ordenações Filipinas por morte do marido é “a mulher que fica “em posse e cabeça de casal”, se com ele vivia em casa “teúda e manteúda”.

---

<sup>17</sup> BOXER, C. R. (1975). *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 68-69



Como “cabeça de casal” é ela que fica na posse e administração da herança, que supervisiona a partilha<sup>18</sup> dos bens do marido e os distribui aos co-herdeiros.<sup>19</sup> É ela, também, que administra os bens dos filhos menores, quando nomeada tutora pelo juiz de órfãos.

Partindo desta constatação legal, vamos analisar casos de viúvas, que rompendo com o arquétipo de mãe devota e honrosa, assumiram posturas de liderança ou de destaque dentro da vida sócio-económica da ilha nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Nas pesquisas que efectuamos para o estudo que estamos fazendo sobre a elite cabo-verdiana encontramos meia centena de viúvas. Entre estas escolheremos apenas aquelas que fazendo parte da elite, eram tratadas por Donas. Dona é um diferenciador social reservado, apenas, às esposas ou viúvas de proprietários, ou, então às filhas donzelas que residiam na casa paterna. Portanto o status de Dona é inerente à mulher regularmente casada, de acordo com todas as normas sociais.

No século XVI, o exemplo mais significativo da actuação de certas mulheres nos negócios e na vida social das ilhas de Cabo Verde é o de Dona Brígida de Gouveia.

Esta vizinha de Santiago surge, na documentação no início do século XVI, casada com o fidalgo, armador e “homem poderoso”, Fernão de Melo.

Mas, ao contrário das outras esposas de armadores, ela possuía na ilha seus próprios interesses económicos, claramente diferenciados dos negócios do marido. Já que ela, não só, era uma grande proprietária rural, que possuía terras na Ribeira de São Martinho, no interior de

---

<sup>18</sup> Com a morte do marido, o sistema de partilha dos bens do casal dava à mulher a posse de metade dos bens do casal, permitindo à viúva assumir a cabeça da família. Da metade que lhe pertencera, um terço era distribuído conforme a vontade que o falecido demonstrou no testamento. Os dois terços restantes eram divididos entre os filhos legítimos nascidos no matrimónio e os filhos reconhecidos de uniões anteriores, sem discriminação entre varões e mulheres. Na ausência de descendentes do marido, dispostos em linha de sucessão até ao décimo grau, a mulher tornava-se sua herdeira universal, pela absorção das duas metades.

<sup>19</sup> ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro IV, Título XCV, p. 949.

Santiago,<sup>20</sup> como, também, uma das maiores armadoras da ilha (1513 – 1528), que estabelecia parcerias com outros armadores, sem a participação do marido.

A independência económica de Dona Brígida e a actuação autónoma que tinha na economia da ilha, mesmo sendo casada, pode ser um indício que ela era viúva quando Fernão de Melo Jusarte aportou na ilha (no início da segunda década de seiscentos) vindo do Golfo da Guiné onde, juntamente, com seu irmão, traficavam com escravos e outras mercadorias africanas.

Outro indício que comprova a existência de um primeiro casamento é o nome que lhe é dado na documentação: “Dama do Cabo Verde”, “Brizida do Cabo Verde”. Alcinha que nos indica uma longa permanência na ilha, se não mesmo, a origem - Santiago.

Mas, quando um documento nos transmite a informação que António Vaz, também armador, era marido de Guiomar Gonçalves, enteada de Fernão de Mello, podemos quase ter a certeza que Dona Brígida era viúva quando se casou com o fidalgo Jusarte, e que do primeiro casamento teve uma filha.

Em 1520, este Fernão de Melo foge para Castela de onde continua a fazer negócios com Santiago, enviando navios com mercadorias europeias. Já, Dona Brígida permanece na ilha, administrando seus negócios e bens até 8 de Dezembro de 1543, quando falece.

Esta mulher que foi, sem dúvida nenhuma, uma das mais poderosas do século XVI cabo-verdiano está sepultada na igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade Velha, juntamente com seus descendentes.

O segundo caso a analisar é o da “filha de Santiago”, Dona Joana Coelha, que, em 1640, surge na documentação como viúva de Fabião de Andrade da Veiga, que serviu de capitão de uma companhia (1614)<sup>21</sup> e de sargento-mor da cidade da Ribeira (1628)<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> ANTT, Chancelaria D. João III, liv. 40, fls. 1698-171, 25 de Junho de 1540. BRÁSIO, António (1963), *Monumenta Missionária Africana*, 2ª série, vol. II, doc. 10, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, pp. 327-339

<sup>21</sup> A.H.U., Cabo Verde, cx.1, doc. 77, 1614.

<sup>22</sup> IAN/TT, Cartório dos Jesuítas m.58, nº159, 13 de Julho de 1628.

Quando Fabião de Andrade com ela casa, Dona Joana já possuía terras que herdou - quando criança - de Martins de Sequeira<sup>23</sup> e de sua mulher Maria Simoa, provavelmente seus parentes.<sup>24</sup> Bens, esses, vinculados em capela, o que quer dizer que eram inalienáveis.

Com o falecimento de seu marido, sem deixar filhos legítimos, Dona Joana herda a maior parte de seus bens, tornando-se assim numa das mais ricas mulheres da ilha.

A esta “nobre matrona”, como lhe chama a documentação, devemos o Convento dos Franciscanos na Cidade Velha, já que foi ela que - “/.../ por não ter filho nem filha, nem herdeiro forçoso /.../” – possibilitou a sua construção, na ilha de Santiago, quando no seu testamento determinou que todos os seus bens moveis e de raiz serviriam para esse fim.<sup>25</sup>

Em 1661, Dona Joana ainda está activa na sociedade santiaguense. Nesse ano, ela investe 10.000 reais na ida do capitão António Cabral ao Reino para “tratar do bem comum do povo” da ilha de Santiago. Como ela, mais 118 cidadãos, aplicam certas quantias nesse projecto.<sup>26</sup>

Desse número, apenas 17 deram 10.000 rs. e, somente, quatro facultaram quantias maiores. Este facto confirma o poderio e a posição sócio-económica de Dona Joana.

Mas, o mais interessante é verificar:

- que apenas havia mais três mulheres na lista dos doadores;
- que entre elas foi Dona Joana a que demonstrou maior poder económico (já que uma deu 8.000 e as outras duas, 1.920 rs.)<sup>27</sup>
- mas, principalmente que todas as mulheres, também, eram viúvas.

A última constatação é compreensível, porquanto as casadas e suas filhas solteiras eram representadas, na vida civil, pelos homens da família e apenas as viúvas tinham a possibilidade de se representarem e terem voz própria perante os diversos poderes.

---

<sup>23</sup> Serviu de capitão nas armadas reais e falece por volta de 1598.

<sup>24</sup> 29 de Maio de 1645, in BRÁSIO, António (1979). *MMA*, 2ª série, vol. V, doc.141, Associação Portuguesa de História,

<sup>25</sup> 1636/1640, *ibidem*, doc. 102

<sup>26</sup> A.H.U., Cabo Verde, cx. 5A, Doc. 114, 13 de Agosto de 1661.

<sup>27</sup> A viúva Isabel Rosa deu 8.000 rs., Isabel Pogada Lourença Barros – 1920 rs. cada.

O terceiro e último exemplo é o da também, “filha de Santiago”, Dona Isabel de Barros Bezerra.

Filha de João de Barros Bezerra e de Maria Semedo Valdevesso, ela pertencia a uma das famílias mais ricas e honradas da ilha - a família Bezerra - cujo patriarca foi seu avô o cavaleiro do Habito de Cristo, natural da Madeira, António de Barros Bezerra, que serviu como capitão-mor da vila da Praia (1654-1666), capitão-mor de Cacheu e Rios de Guiné<sup>28</sup> e foi um dos administradores da Companhia de Cabo Verde, Rios e Comércio de Guiné (1676).<sup>29</sup>

Isabel de Barros, contraiu matrimónio com Rodrigo de Oliveira da Fonseca, cavaleiro da Ordem de Cristo, que veio para Santiago voluntariamente, em 1685. Este reinol ocupou várias funções relevantes, tanto na Costa da Guiné, como em Cabo Verde: Na Costa serviu de capitão de infantaria de Cacheu (1690) e de capitão-mor de Bissau (1698, 1702).<sup>30</sup> No arquipélago de sargento-mor das Ilhas (1695)<sup>31</sup> e no ano de 1707 foi nomeado governador. Cargo que ocupou, apenas, uns meses já que faleceu em Dezembro desse ano.

Rodrigo de Oliveira, quando se casa com a mulata Isabel de Barros não só recebeu um considerável dote, como associou-se a uma das grandes famílias oligárquicas santiaguenses. Com esse matrimónio obtêm o apoio das clientelas dos Bezerras, abre as portas à sua participação no poder local, como membro duma família da nobreza da terra, e afige de apadrinhamento para alcançar elevados cargos.

Quando se torna viúva, Isabel de Barros Bezerra, converte-se na matriarca dessa grande família. Pois a família santiaguense era uma família alargada, que além dos filhos,<sup>32</sup> genros e netos compreendia, também, os

---

<sup>28</sup> Cargo que ocupa de 1676 até 1688 com intervalos devido a ter estado preso durante uns anos.

<sup>29</sup> A.H.N. - Cabo Verde, SGG/004/A1@. - fls. 273-301, 10 de Maio de 1676.

<sup>30</sup> A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, ant. a Julho 1698. In MOTA, A. Teixeira da (1974). *As viagens do bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, JICU, CECA, col. “Memórias, n.º 14”, pp. 177; A.H.U., cód. 489, fl. 183, 12 de Abril de 1702. In ANDRADE, Maria Carlota das Neves Barbosa de (1967). *A ocupação portuguesa dos “Rios de Guiné” e a concorrência francesa no período de 1680 a 1750* (Subsídios para a sua história), Lisboa, Dissertação para a licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (polic), p. 81

<sup>31</sup> A.H.U., *Cabo Verde, Papéis Avulsos*, cx. 8, Doc. 25, 5 de Dezembro de 1695,.

<sup>32</sup> António de Barros Bezerra, Pedro Cardoso do Amaral, Maria Semedo e Maria de Barros de Oliveira

parentes e as clientelas: o que envolvia muita gente, facultando assim um enorme poder. Isto, sem falar da possibilidade de utilizar escravos armados como um exército pessoal e familiar

Este alcance desse poder fica perceptível, quando o governador das ilhas queixa-se, em 1719, da dificuldade que tinha em prender os criminosos, já que eles encontravam refúgio em casa e nas fazendas dos vizinhos poderosos. Segundo o mesmo oficial régio, Dona Isabel de Barros, seus genros e filhos viviam como Régulos e em sua casa e fazenda se escondiam "...a maior parte dos criminosos...".

Na mesma queixa o governador explica que era, também, quase impossível cobrar dívidas e entregar notificações a essa viúva, já que os oficiais da justiça não se atreviam a entrar em suas fazendas, por mais ordens que recebessem. Ainda, mais complicado era actuar contra essa família, porquanto o "ouvidor era seu parente" e por ela tratado como filho.<sup>33</sup>

Mas, apesar de todo esse poder, Isabel de Barros Bezerra reconhece, em 1737, que sente falta de um apoio masculino que defenda seus interesses, na partilha dos bens de seu falecido filho, o capitão-mor António de Barros Bezerra. Segundo ela, o ouvidor José da Costa Ribeiro (1731-1736) que procedeu ao inventário dos bens de seu filho, concluiu-se com o tio de sua nora, D. Filipa da Penha, para a lesar em mais de 10.000 cruzados. Numa petição à Casa da Suplicação Dona Isabel de Barros, já mulher de uma certa idade, admite que "...faltava-lhe o lugar para os impugnar, faltava-lhe também juiz para os deferir com justiça...". Mas, sobretudo, faltava-lhe "...a assistência de seu genro, João Pereira de Carvalho...", que se encontrava na praça de Cacheu, servindo de capitão-mor.<sup>34</sup>

Esse sentimento de fraqueza perante certa autoridade é que levou muitas viúvas a contraírem um segundo matrimónio para garantir a reconstrução de redes de protecção baseadas no domínio do poder local.

---

<sup>33</sup> Pode ser o ouvidor Brás Brandão de Sousa. A.H.N. – Cabo Verde, SGG/004/A1@. – fls. 307v.-309, 3 de Julho de 1719.

<sup>34</sup> A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 17, doc. 9, ant. a 22 de Maio de 1737; A.H.U., Cabo Verde, Papéis Avulsos, cx. 17, doc. 11, 30 de Maio de 1737.

Isto porque, apesar de possuírem poder económico e social, a interdição de participação no poder local e administrativo, levava as viúvas a “adquirirem” um segundo marido. Quando isso não acontecia a viúva habitava a sua propriedade acompanhada de um membro masculino da família (filho ou genro) para que este defendesse os seus interesses e os da família.

Todavia as segundas núpcias das viúvas ricas diferiam, completamente, das primeiras, porquanto nestas, eram as próprias mulheres e não os pais que escolhiam os noivos. As viúvas, mulheres com fortuna, seleccionavam seus maridos segundo seus próprios interesses, pois eram elas que possuíam bens, quando entravam num casamento, e eram elas, igualmente, que administravam esses bens e indicavam nos testamentos quem eram seus herdeiros.

Em Cabo Verde, os segundos maridos das viúvas ricas e honradas, eram geralmente reinois que vinham buscar fortuna e fazer carreira nas ilhas. Para eles o casamento com viúvas, “filhas da terra”, era vantajoso, já que lhes possibilitava a obtenção de uma base sólida na sociedade santiaguense. Esse mesmo raciocínio pode ser feito para o casamento das donzelas das famílias oligárquicas da ilha com reinois.

Após a apresentação destes exemplos podemos concluir:

- Que a mulher viúva (rica ou pobre) podia levar uma vida livre, menos presa e recatada do que a mulher casada.
- Que eram as viúvas que representavam os filhos menores e administravam os bens familiares.
- Que a maioria das viúvas, abastadas, casavam-se de novo, rapidamente.
- Que apesar de casadas de novo elas podiam administrar seus bens e legá-los, quando não tinham filhos, a quem quisessem.
- Finalmente, que as viúvas de Santiago foram, de certa forma, os alicerces das famílias oligárquicas santiaguenses, já que como matriarcas elas não só administravam as propriedades e os bens, como reinavam no grupo, ajuntando seus membros à sua volta.

Apesar de existirem muitas diferenças, é possível reconhecer também várias semelhanças com o que se passava, na mesma época, entre as populações crioulas - muitas delas de origem cabo-verdiana - no território que hoje conhecemos como Guiné Bissau. Por isso, permitem-me terminar com as palavras do historiador, Philip J. Havik<sup>35</sup>, que faço minhas:

“Actuando como comerciantes e indivíduos por seu próprio direito, e extraindo grande autoridade de suas relações de parentesco /.../, elas (as viúvas) emergem das fontes como poderosas actrizes num mundo aparentemente dominado pelos homens. /.../ Ao desafiar as vigentes concepções androcêntricas acerca de relações sociais, tais mulheres contribuíram decisivamente para a existência de um “Atlântico no feminino” na historiografia sobre a região. /.../ Isto, não obstante ter sido somente após a morte de seus maridos que tais mulheres emergiram da sombra para obterem evidência na cena Atlântica, e assim assumir um papel autónomo nas fontes escritas.”

---

<sup>35</sup> HAVIK, Philip, J. (2002). “A dinâmica das relações de género e parentesco num contexto comercial: Um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau. Séculos XVII e XIX”. In revista *Afro-Ásia*, 27 (2002), 79-120 79